

SINDIAGUA

INFORMA

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO CEARÁ - 25/10/2011

CAMPANHA SALARIAL

Sindiagua e Cogeh retomam negociação

Sindiagua e Cogeh voltaram a se reunir no último dia 19/10 para mais uma rodada de negociação, após a assembléia geral da categoria (realizada no dia 30/09) ter rejeitado a proposta de acordo coletivo da companhia. Ao todo, nove propostas de cláusulas apresentadas pela Cogeh não foram aprovadas pelos trabalhadores. Entre elas estão a que trata do auxílio-medicamento contínuo. A Companhia apresentou restrição sobre os medicamentos a serem ressarcidos. O presidente da Cogeh, Francisco Teixeira, aceitou elaborar uma nova redação para desburocratizar o ressarcimento dos remédios.

Nas cláusulas relacionadas ao PCC, a companhia concordou em retirar o nome da empresa IAG Consultoria - contratada para elaboração do Plano - incluindo na redação apenas o nome da Cogeh. “Essa reivindicação tinha o objetivo de garantir que a elaboração do plano fosse tratada como um compromisso de interesse público, sem atrelar o cumprimento da cláusula à iniciativa privada”, ressaltou Jadson Sarto, presidente do Sindiagua. A categoria também reivindica que a elaboração do Plano seja realizada até dezembro deste ano. O presidente da Cogeh ficou de submeter este

ponto ao Conselho de Administração.

Sobre a Participação nos Resultados da Empresa e a Gratificação por Desempenho, a Cogeh reafirmou que se compromete em colocar as reivindicações dentro do processo de elaboração do PCC, unificando os dois pontos em uma remuneração a ser recebida anualmente.

Sobre o concurso público, os trabalhadores reivindicaram a participação da categoria no estudo sobre a definição das vagas. O presidente propôs a criação de uma comissão para elaborar o edital do concurso, com a participação dos empregados. Por fim, em relação às funções de confiança, a companhia concordou em alterar a redação da proposta apresentada, incluindo os empregados da empresa no texto da cláusula.

O presidente da Cogeh afirmou que a nova proposta de acordo será apreciada pelo conselho administrativo em reunião marcada para o dia 4 de novembro. Somente após esta reunião apresentará a proposta final ao Sindiagua.

A diretoria do sindicato informa que aguardará a posição do conselho de administração para convocar nova assembleia dos trabalhadores.

Sindicalistas conseguem barrar proposta retrógrada de regulamentação da terceirização que tramita na Câmara dos Deputados

O movimento sindical obteve uma grande vitória nesta quarta-feira (19), ao conseguirem barrar, na Câmara dos Deputados, a votação do parecer do deputado federal Roberto Santiago, do PV (Partido Verde), a respeito da contratação de mão de obra terceirizada no país. Para a CTB e outras centrais, trata-se de um projeto de lei que beneficia apenas o empresariado, em detrimento da classe trabalhadora.

Em nota elaborada durante seminário promovido em São Paulo, a CTB expôs sua posição contrária ao Projeto Substitutivo 4330/04, de regulamentação do trabalho terceirizado, apresentado em Comissão Especial sobre o tema pelos deputados Roberto Santiago (PV) e Sandro Mabel (PR), pelo fato de essa proposta “não priorizar a defesa e ampliação dos direitos dos trabalhadores e aumentar a precarização do trabalho”.

Diante dessa posição, o secretário de Políticas Sindicais e Relações Institucionais da CTB, Joílson Cardoso, se somou a parlamentares e dirigentes de outras centrais para conseguir dos deputados o adiamento da votação dessa proposta. Como resultado, conseguiram a garantia de que o referido parecer não será votado em nenhuma das duas próximas sessões.

“Mantivemos a posição de que a atual proposta é prejudicial aos trabalhadores”, afirmou Joílson Cardoso. O dirigente da CTB afirmou que foi possível articular essa

negociação junto a deputados do PSB, do PT e do PCdoB. Agora, nesse intervalo até a terceira sessão da Comissão Especial, os líderes desses três partidos irão buscar uma possível revisão na pauta da terceirização. Queremos estabelecer uma comissão para que possamos combater a ameaça que significa esse projeto”, disse Joílson.

Anteprojeto das centrais

A proposta defendida pelas centrais é clara: ambas apóiam o anteprojeto de lei que foi apresentado por todas as centrais, em dezembro de 2009, ao ministro do Trabalho Carlos Lupi, e que neste momento encontra-se parado na Casa Civil.

“Essa proposta de projeto de lei tem como pilares a igualdade de direitos entre trabalhadores terceirizados e trabalhadores diretos e a exigência de responsabilidade solidária por parte da empresa contratante. Apresentaremos esse projeto para ser debatido no Congresso Nacional”, diz a nota assinada pelos presidentes das centrais, dentre elas a CTB. (FONTE: CTB NACIONAL)

**O GOVERNADOR CID GOMES
ESTÁ HÁ**

1755 DIAS

**SEM REALIZAR CONCURSO PÚBLICO
PARA A CAGECE E COGERH**

